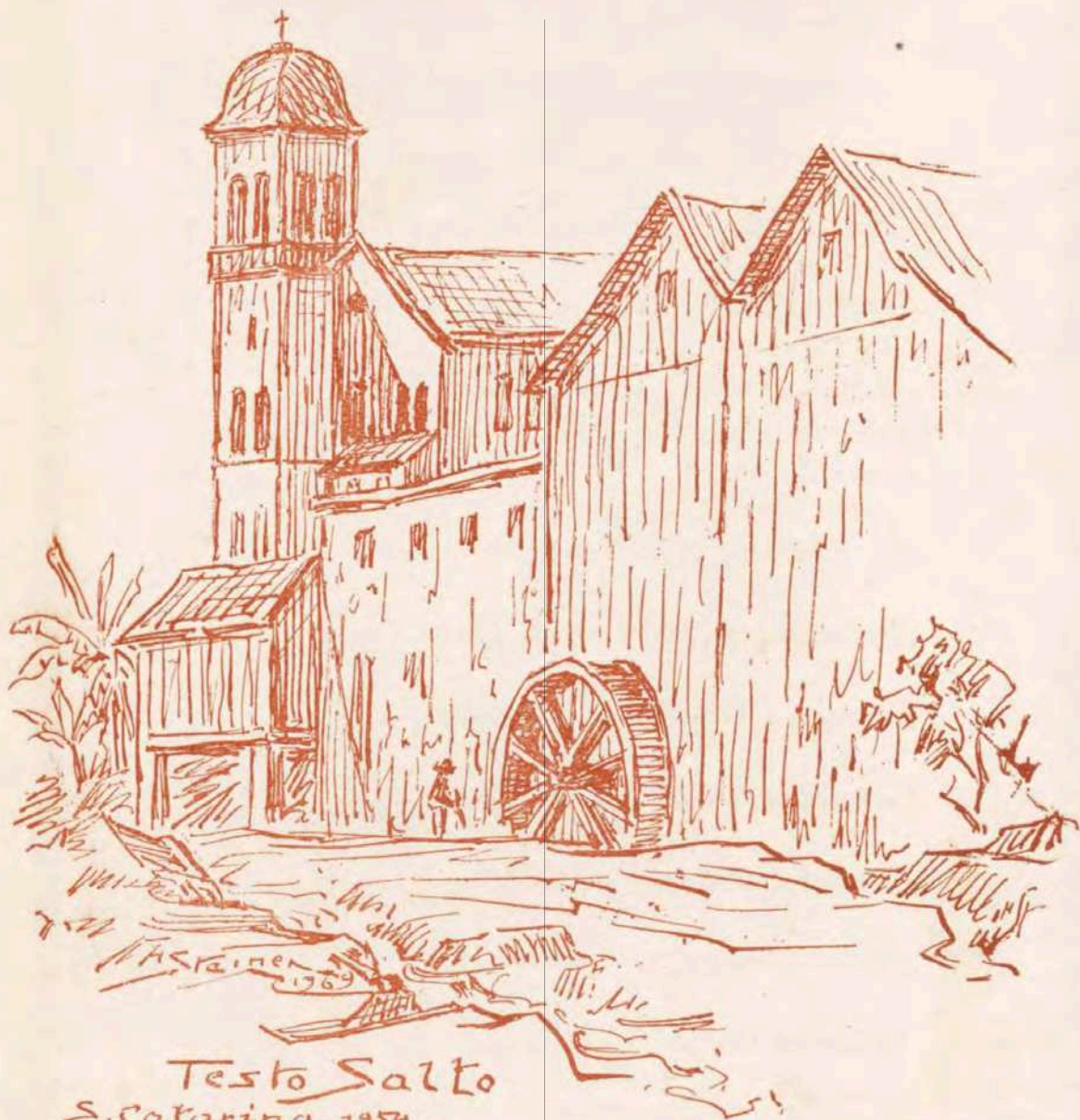


# Blumenau em Cadernos



TOMO XI - ★ JULHO DE 1970 ★ - N.º 7

CANTO DOS COOPERADORES

**ESTA PUBLICAÇÃO PODE SOBREVIVER GRAÇAS  
À GENEROSA CONTRIBUIÇÃO DOS  
SEGUINTEs COOPERADORES :**

*Cremer S/A. — Produtos Têxteis e Cirúrgicos*

*Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A.*

*Indústrias Têxteis Comp. Hering S/A.*

*Artex S/A*

*Dr. Henrique Hacker — Blumenau.*

*José Sanches Júnior — S. Paulo.*

*Prefeitura Municipal de Blumenau.*

*Companhia de Cigarros Souza Cruz.*

*Empresa Industrial Garcia S/A.*

*Arthur Fouquet — Blumenau.*

*Tecelagem Kühnrich S/A.*

*Eletro Aço Altona S/A.*



# Blumenau

## em Ladernos

TOMO XI — ★ JULHO DE 1970 ★ — N.º 7

Armorial Catarinense (I)

### Armas de Balneário Camboriú

*Edison Mueller*

Em janeiro de 1969, ao efetuarmos o pagamento de impostos na Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, um quadro existente, na ocasião, na sala do Diretor da Fazenda, Moacir Schlup, atraiu de modo especial a nossa atenção. Ao indagarmos sobre seu significado, soubemos que se tratava de um projeto para o brasão do município, de autoria de um conhecido pintor ali residente, Djuro Poljak. O desenho, de boa qualidade, apresentava de modo estilizado, dentro de um escudo de forma rara, uma faixa de praia com uma jovem de maiô sob um guarda-sol, em primeiro plano, e um trecho de mar com um barquinho, em segundo plano, tendo ao alto um sol vermelho e — simbolizando o turismo, como nos foi explicado — um condor marrom.

Na palestra que se seguiu, Moacir Schlup nos esclareceu também que se cogitava de oficializar aquêle projeto como emblema municipal, depois de haver sido submetido a um exame preliminar da Câmara de Vereadores local. Havia alguns edis, no entanto, entre os quais o próprio Presidente da Câmara, Álvaro Antônio da Silva, que se opunham a sua instituição sem que o desenho fôsse submetido antes ao exame de um heraldista.

Informamo-lhe na oportunidade que, não obstante as qualidades do projeto, êste não obedecia de fato às regras da Heráldica, convindo por isso substituí-lo e ser adotado um brasão realmente correto. Na qualidade de estudiosos da velha ciência heróica, colocamos então os nossos préstimos à disposição da Prefeitura Municipal. Alguns dias após êsse evento, confirmamos a Álvaro Antônio da Silva o nosso oferecimento, que êle prazerosamente recebeu, estimulando-nos a apresentar o mais breve possível a nossa sugestão para as armas municipais de Balneário Camboriú.

Nas semanas subseqüentes ocorreram, porém, os episódios políticos que culminaram na trágica morte do Prefeito daquele município, Higino João Pio. A idéia de se instituir o brasão de Balneário Camboriú foi, em consequência, abandonada temporariamente.



Em meados do mesmo ano, Álvaro Antônio da Silva, havendo assumido o cargo de Prefeito Municipal, voltou a cogitar do assunto, animado por Nilton Kucker, Deputado estadual oriundo da região. Submetemo-lhes então dois projetos, um dos quais mereceu imediata aceitação. Esse projeto, defendido com carinho e entusiasmo pelo nôvo Prefeito, foi então aprovado pela Câmara Municipal e sancionado em 10 de junho de 1969 através da lei n.º. 99, que tem o seguinte teor:

“Lei n.º. 99 — Institui o Brasão do Município e dá outras providências.

A Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1.º — Fica instituído neste Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, o Brasão, conforme modelo e descrição anexos, que fazem parte integrante desta Lei.
- Art. 2.º — O Brasão Municipal será confeccionado em material resistente para ser afixado na fachada do prédio da Prefeitura Municipal.
- Art. 3.º — Fica o Poder Executivo autorizado a mandar confeccionar tantos exemplares quantos julgar necessários, em papel à prova d'água, para serem distribuídos como propaganda ou colocados nos veículos que trafegam por êste Município,
- Art. 4.º — Fica o Chefe do Poder Executivo municipal autorizado a abrir crédito especial para cobertura das despesas oriundas desta Lei.
- Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, em 10 de junho de 1969.

(a) Álvaro Antônio da Silva, Prefeito Municipal.  
Registrada e publicada nesta Secretaria em 10 de junho de 1969.

O referido brasão, elaborado pelo heraldista catarinense Edison Mueller, tem a seguinte descrição heráldica: Escudo português de blau, burelado de cinco peças ondadas de prata, tendo brocante sôbre tudo um sol de ouro. Coroa mural de ouro forrada de goles, de quatro tórres, cada uma com três ameias e sua porta aberta também de goles. Divisa: “Balneário Camboriú” de prata em listel de blau.”

(Transcrição do “Livro de Registro de Leis n.º. 1”, aberto em 7 de janeiro de 1966; fôlhas 117 e verso).

Meses depois, o brasão foi submetido à apreciação conjunta do Interventor Federal no município, Dr. Egon Alberto Stein, e dos membros da COATUR—Comissão Autônoma de Turismo (Norberto Silveira Júnior, Dr. João José Maurício d'Ávila, Álvaro Antônio da Silva, arquiteto Moacir Novelletto, Luiz Carlos Chedid, Adolfo Fischer, Dr. A.J. Braga, Dr. Hermes Augusto de Atahyde e Dr. José Eliomar da Silva), que unânime decidiram mantê-lo.

A primeira exibição pública do brasão de Balneário Camboriú ocorreu em 31 de março de 1970, por ocasião da posse do nôvo Prefeito



Municipal, Armando César Ghislandi. Posteriormente foi publicado na edição n.º 1, de 21 de abril de 1970, do "Boletim Oficial" da Prefeitura do mesmo município.

De acôrdo com o memorial explicativo que acompanhou o nosso projeto, a elucidação e justificação, por partes, do escudo de armas de Balneário Camboriú é a seguinte:

### ESCUDO PORTUGUÊS

também chamado entre outras designações "ibérico" (1) e "boleado" (2), com sua ponta formada por um semicírculo, porque êsse, de singela feição e caracteristicamente peninsular, de uso intenso na Idade Média e em Portugal mormente à época do descobrimento e da colonização do Brasil, no consenso dos nossos heraldistas é o melhor indicado para as nossas cidades. Na Heráldica brasileira, êle evoca a origem da nossa raça, para cuja formação contribuiu o português como elemento étnico primordial. (3)

### DE BLAU

isto é, de azul, porque esta côr, sendo a do céu, simboliza tôdas as idéias que consideramos elevadas: constância, amor da pátria, devoção, nobreza, fidelidade e propósitos altos e sublimes. (4)

### BURELADO DE CINCO PEÇAS ONDADAS

quer dizer: sôbre o campo azul então colocadas peças heráldicas de primeira ordem chamadas *burelas*, justamente por serem em número de cinco, oriundas de desdobramento de uma *faixa* (5) Por conseguinte, de acôrdo com a usança heráldica, a largura dessas peças diminutas tem a mesma largura dos espaços que entre elas medeiam. (6) Além disso, as *burelas* são *ondadas*, ou seja, têm os bordos feitos paralelamente de curvas alternadas, côncavas e convexas, em número de cinco, sendo três de umas e cinco de outras. (7)

### DE PRATA

que simboliza a amizade, a eqüidade e a pureza de sentimentos (8), atributos condizentes com o espírito do povo do município de Balneário Camboriú.

### TENDO BROCANTE SÔBRE TUDO

quer dizer que a figura ser mencionada em seguida está sobreposta às peças (*burelas*) que se encontram no escudo (9), sem que ocorra no entanto, apesar de as *burelas* serem de prata (metal) e o sol de ouro (também metal), infração da lei heráldica basilar: "Nunca se deve pôr metal sôbre metal, nem esmalte sôbre esmalte" (10).

### UM SOL DE OURO

que sempre deve ser reproduzido nessa côr e se representa por um disco onde se acham esboçadas feições humanas, do qual irradiam 16 pontas (os raios), oito retilíneas e oito ondeantes alterna-

das entre si. (11) O ouro, aliás, é o mais nobre metal do brasão e simboliza a riqueza, a generosidade, a alegria e a prosperidade. (12)

A combinação dessas peças e côres, puramente heráldica, sugere a posição geográfica privilegiada do município, caracterizando a amenidade de seu clima e a magnificência de sua praia, riquezas nunca assaz decantadas que se sintetizam nestas duas palavras : SOL e MAR.

Como ornamentos externos do brasão pròpriamente dito, encontramos:

### **COROA MURAL DE OURO**

que é o emblema privativo e consagrado das municipalidades e de sua autonomia administrativa. (13) De acòrdo com o uso heráldico, tanto a muralha como suas tórres são *lavradas*, isto é, tem as juntas de alvenaria marcadas perfeitamente de *sable* (prêto), razão pela qual é dispensável enunciar tal detalhe. (14)

### **FORRADA DE GOLES**

ou seja, superfície interior da coroa tem côr diferente da exterior e, no caso, é esmaltada de *goles* (vermelho). As coroas heráldicas, como assinalou com precisão o insigne mestre e pesquisador infatigável Émile Gévaert, deixam entrever, com raras exceções, seu fôrro vermelho. (15)

### **DE QUATRO TÔRRES**

apresentadas de conformidade com a perspectiva heráldica, isto é, duas tórres visíveis: uma no centro e meia de cada lado. (16)

### **CADA UMA COM TRÊS AMEIAS E SUA PORTA**

de acòrdo com a usança generalizada na armaria. (17)

Só nos casos de as cidades serem fortificadas é que a coroa deve ser inteiramente muralhada. (18)

### **ABERTA DE GOLES**

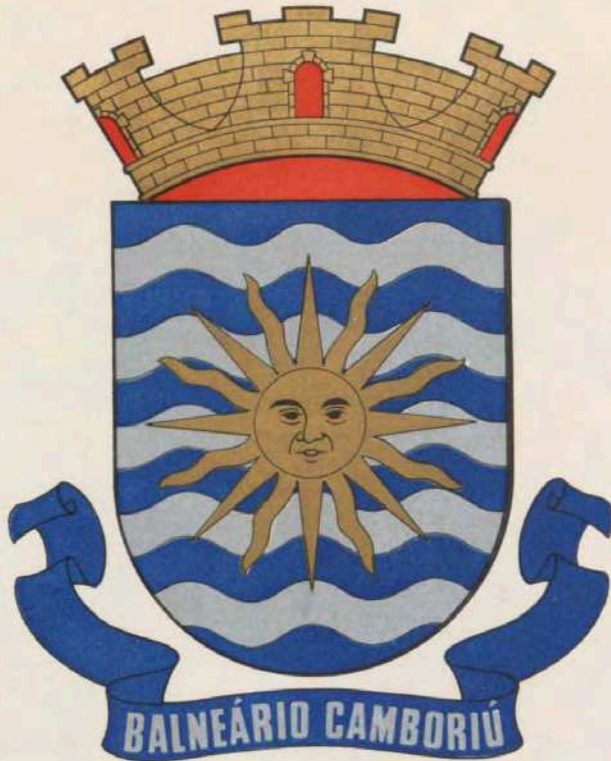
significa que as portas têm côr diferente das respectivas tórres, dizendo-se por isso "*abertas*" (19); e revelam o interior da coroa mural e seu fôrro — vermelho, lògicamente.

### **DIVISA: "BALNEÁRIO CAMBORIÚ"**

de prata, em listel de *blau* (azul), porque, como ensina o doutor mestre Jouffroy d'Eschavannes, "as divisas devem ser sempre gravadas com letras de metal sôbre listão de côr, tomados um e outro das côres do brasão". (20)

Está assim perfeitamente elucidado o brasão que, em sua singela composição, simboliza de modo eloqüente o município de Balneário Camboriú — e de acòrdo com a melhor tradição heráldica, porque a simplicidade das armas é o principal elemento da sua distinção e da sua maior nobreza.





Cortesia da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú



Desenho de Edison Mueller

## NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - Gastão de Mello de Matos e Luís Stubbs Saldanha Monteiro Bandeira, "Heráldica"; Editorial Verbo Ltda., Lisboa, 1969; volume 1, p. 63/64.
- 2 - Antônio Machado de Faria, "Vocabulário Heráldico" in "Armorial Lusitano"; Editorial Enciclopédia Ltda., Lisboa, 1961; p. 600.
- 3 - Aristides Monteiro de Carvalho e Silva e Roberto Thut, "A Pedra d'Armas de Campinas" in "Revista do Arquivo Municipal", outubro de 1936 (ano 11, n.º 28) p. 46.
- 4 - Piero Guelfi Camajani, "Dizionario Araldico"; Ulrico Hoepli, editore, Milano, 1940; p. 64.
- 5 - Armando de Matos, "Manual de Heráldica Portuguesa"; Livraria Fernando Machado, Pôrto; 3.ª edição, s/d (1961); p. 38.
- 6 - Armando de Matos, op. cit., p. 46.
- 7 - Julian Franklyn, "Heraldry"; Arco Publications, London, 1965; p. 33 / Antônio Machado de Faria, op. cit., p. 613.
- 8 - Piero Guelfi Camajani, op. cit., p. 51.
- 9 - Armando de Matos, op. cit., p. 95.
- 10 - Armando de Matos, op. cit., p. 139 / F.P. de Almeida Langhans, "Heráldica — Ciência de Temas Vivos", ed. Gabinete de Heráldica Corporativa, Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, Lisboa, 1966; p. 30 e 162/163 / Antônio Machado de Faria, op. cit., p. 587 / Julian Franklyn, op. cit., p. 27 / Rosemary Manning, "Heraldry"; A. & C. Black Ltd., London, 1966; p. 32/33 / e outros.
- 11 - G.L. Santos Ferreira, "Armorial Português", apud Salvador de Moya, "Simbologia Heráldica"; Instituto Genealógico Latino-Brasileiro, São Paulo 1961; p. 199 / Antônio Machado de Faria, op. cit., p. 622. / Armando de Carvalho, op. cit., p. 131.
- 12 - Piero Guelfi Camajani, op. cit., p. 396 / José de Asêncio Torres, "Tratado de Heráldica y Blason", apud Salvador de Moya, op. cit., p. 160.
- 13 - Aristides Monteiro de Carvalho e Silva e Roberto Thut, op. cit., p. 53 / Guilherme de Almeida, nos projetos para os brasões das cidades de São Paulo e Petrópolis, apud Clóvis Ribeiro, "Brasões e Bandeiras do Brasil"; São Paulo Editôra Ltda., São Paulo, 1933; p. 199 e 277.
- 14 - Armando de Matos, op. cit., p. 98.
- 15 - Apud Aristides Monteiro de Carvalho e Silva e Roberto Thut, op. cit., p. 53.
- 16 - Clóvis Ribeiro, op. cit., *ibidem*
- 17 - Clóvis Ribeiro, op. cit., *ibidem* / Armando de Matos, op. cit., p. 99.
- 18 - Aristides Monteiro de Carvalho e Silva e Roberto Thut, op. cit., p. 53.
- 19 - Armando de Matos, op. cit., p. 98.
- 20 - Apud Aristides Monteiro de Carvalho e Silva e Roberto Thut, op. cit., p. 59 / Clóvis Ribeiro, op. cit., p. 202.



# BLUMENAU

## E A SUA IMPRENSA

### XLV

#### “BLUMENAUER VOLKSKALENDER”

Seguindo preferências trazidas da velha pátria alemã, os colonos teutos de vários estados do nosso país, sempre alimentaram gôsto pela literatura de anuários. Era rara a família, mesmo nos mais longínquos recantos das zonas coloniais, que não adquirisse, anualmente, o almanaque da sua simpatia. A maioria de tais calendários vinham da Alemanha e eram distribuídos pelos livreiros e tipografias aqui estabelecidos. O Rio Grande do Sul foi mais fértil nesse gênero de imprensa do que Santa Catarina. Lá apareceram vários Almanagues que tiveram longos anos de vida, como foi o caso do “Kalender fuer die Deutschen in Brasilien” (Almanaque para os alemães no Brasil) editado pela Livraria Rotermund, de São Leopoldo, que chegou a publicar nada menos que 60 edições anuais; do “Familienfreund Kalender”, do “Serra-Post Kalender”, êste de Ijuí, que ainda estão sendo publicados e vários outros. O “Uhles Kalender”, de São Paulo, apareceu por mais de 35 anos consecutivos. Aqui em Blumenau, até 1933 tinham aparecido dois almanagues, de que já demos notícia, o “Der Urwaldsbote-Kalender”, em 1900 e o “Blumenau’s Illustrierte Familien-Kalender”, em 1914. Ambos não passaram de uma só edição. “Der Urwaldsbote”, o tradicional semanário blumenauense publicou, durante muitos anos seguidos, um calendário de parede e outro para anotações diárias, com que brindava os seus leitores ao fim de cada ano.

O terceiro Almanaque blumenauense apareceu em 1933, editado pela firma Nietsche & Hoemcke, na litografia de sua propriedade e que fôra fundada por Bernardo Scheidemantel, pioneiro das artes gráficas neste município. Denominava-se “Blumenauer Volkskalender” (“Calendário Popular Blumenauense”). O primeiro número tinha 336 páginas, formato 16,5 x 23,5 cm., com muitas ilustrações. Na apresentação, os editôres asseguravam para o Almanaque uma orientação absolutamente distante da política partidária, das discussões religiosas e dos assuntos pessoais, procurando ser um verdadeiro amigo dos colonos e dos habitantes das cidades, orientando-os e apresentando-lhes o que, anualmente, aparecesse digno de nota durante o ano passado, fazendo-se um mensageiro de boas novas para o ano futuro. As primeiras 34 páginas eram destinadas às notícias relativas aos dias, semanas e meses do ano, com as fases da lua, eclipses, efemérides, informações agrícolas e pecuárias, festas religiosas, feriados etc. Nas demais traz artigos e notas muito interessantes, assinados por Hollenweger (“Der Spitzkopf”), Victor Schleiff (Zur Geschichte Neu-Breslaus”), Alberto Ax (“Die Entwicklung der Kolonie Dona Emma in 12 Jahren”), e outros escritores locais além de diversos de diferentes partes do país e do estrangeiro, subscrevendo contos, anedotas, informações úteis. Grande parte das páginas é destinada a anun-



ciantes. "Blumenauer Volkskalender" apareceu durante 5 anos consecutivos. O último foi o relativo ao ano de 1937. Ora com maior, ora com menor número de páginas, sempre no mesmo formato e com a mesma capa representando o monumento aos fundadores de Blumenau, que se ergue na praça Dr. Hercílio Luz, desta cidade, êsse Almanaque foi uma iniciativa digna de nota e prestou, realmente, bons serviços à cultura desta região. Há, nos seus cinco volumes, muitas informações históricas de grande valor e registram fatos e circunstâncias que talvez de outra forma se perdessem.

Foi, realmente, uma pena que essa publicação não conseguisse superar as dificuldades que naturalmente sempre surgem em emprêsas de tal monta. Teria sido um repositório precioso de elementos históricos de grande utilidade aos estudiosos do nosso passado.

## XLVI

### " CALENDÁRIO BLUMENAUENSE "

No ano seguinte, 1934, aparece outro almanaque em Blumenau, desta vez redigido completamente em português. Seu organizador foi o sr. J. Ferreira da Silva, fundador de vários outros órgãos de imprensa e então redatorando o bissemanário "Correio de Blumenau".

"Calendário Blumenauense", êsse o seu título, trazia, em seu primeiro número, colaboração muito interessante e variada, subscrita por nomes de destaque na vida literária de Santa Catarina, como Oliveira e Silva, Abelardo Fonseca, Otaviano Ramos, Adriano Mosimann, Afonso Balsini, José Deeke, e outros.

No artigo de apresentação, diz o seu organizador: "A publicação do presente Calendário obedece a fins não somente de propaganda do comércio e indústrias blumenauenses. O propósito de torná-lo também um repositório de informações úteis e, sobretudo, de dados históricos e geográficos sôbre o grande município catarinense foi o que mais nos preocupou. Dedicamo-lo ao povo e, particularmente, à mocidade de Blumenau. Conhecendo a história da sua terra, aproveitando as lições de civismo, de amor ao trabalho, de persistência, de abnegação de fé na grandeza da Pátria, que os nossos maiores nos legaram os blumenauenses de amanhã serão ainda aquêles denodados desbravadores da natureza selvagem, transformados, pela força da própria vontade, por contínuo e duro labor, nos vanguardeiros de uma civilização nova e gloriosa".

Como prometera, o "Calendário" traz muita coisa da história da região: efemérides, artigos sôbre a etnografia, população, geografia e geologia do município e seus distritos, então em número de 9. Algumas poesias de Otaviano Ramos, de Oliveira e Silva e outros, entreteem as páginas de boa prosa. Fotos de Dr. Blumenau, de D. Daniel Hostin, bispo de Lajes, de Frei Ernesto, de Alwin Schrader, de Hermann Weege, de Amadeu Luz e de outros blumenauenses de destaque ilustram dados sôbre a vida e atuação dos mesmos na política, na administração e na esfera religiosa do município.

O número 1 tinha 120 páginas, de formato 16 x 23 cm.



A segunda edição do "Calendário Blumenauense" apareceu em 1935. Muito mais volumosa (248 páginas, no mesmo formato do n.º 1), em melhor papel, impresso em duas cores, traz, igualmente, colaboração farta e variada de autoria de grandes esportistas das letras brasileiras. Há artigos de Escragnole Dória (sobre Hermann Blumenau), do Conde de Afonso Celso, de Rubem Ullisséia, Alberto Ferraz, Frei Pedro Sinzig, Gastão Penalva (sobre José Boiteux, Da Gama Uchoa e outros colaboradores também da primeira edição.

Charadas, enigmas, curiosidades espalham-se pelas várias seções e um "Indicador Comercial" encerra a matéria de redação. Várias dezenas de anúncios são intercalados no texto.

Infelizmente, a publicação do "Calendário Blumenauense" não passou desses dois números. Foi um interessante órgão de divulgação do município, num dos seus setores de maior expressão.

## XLVII

### "MOCIDADE"

Em setembro de 1934, alunos do colégio Santo Antônio iniciaram a publicação de um jornalzinho sob o título "Mocidade".

Sobre esse órgão de imprensa não sabemos mais do que o que publicou o jornal "Cidade de Blumenau" no seu n.º 93, de 5 de setembro de 1934, e que foi o seguinte: Recebemos o primeiro número do "Mocidade" órgão dos alunos do colégio Santo Antônio e que tem como diretor o quintanista Alexandre Queirós. Jornal ôtimamente confeccionado e trazendo em suas páginas matéria variada e interessante, "Mocidade" está fadado a ter larga projeção nos meios estudantis. Esta louvável iniciativa dos ginásianos merece todos os elogios, pois nas colunas do seu órgão, o estudante encontrará guarida para as suas produções, tanto literárias como científicas, desenvolvendo eficazmente sua cultura. Almejamos ao nôvo colega longos anos de existência e de prosperidades".

Vamos continuar as nossas pesquisas no sentido de encontrar, pelo menos, um exemplar desse jornalzinho que nos forneça outros dados sobre a atuação dessa fôlha estudantil.

---

## Médicos e Curandeiros

*Fernando Müller*

Leio no número 1, de janeiro deste ano, de "Blumenau em Cadernos", nas "Reminiscências" de Henrique Zimmermann, a chegada em Gaspar dos primeiros médico e farmacêutico. Interessante o comentário do final do artigo, sobre o curandeiro, seu amigo.

Lembrei-me, então, de contar também um episódio da minha própria vida em louvor dos verdadeiros curandeiros e do poder da fé em Deus.



Nasci muito doentio. Naquele tempo, o município de Blumenau e até mesmo todo o litoral catarinense era castigado pela doença chamada "mal da terra" e muita gente morria por falta de médicos e também de dinheiro para tratar-se. Mesmo assim, eu e muitos como eu fomos curados sem precisar de dinheiro e alguns morreram mesmo com assistência médica. A culpa é muitas vêzes do doente que não se ajuda, por não ter amor à vida.

O caso que vou contar da minha vida é exemplar para quem acredita em Deus e em mensageiros por êste enviados.

Eu tinha cinco anos quando levaram minha mãe à sepultura. O mesmo médico que cuidou dela durante mais de um ano, também me tratou. Com a morte de minha mãe, fiquei aos cuidados de minha avó paterna. E como meu estado de saúde não apresentasse melhoras, minha avó seguiu os conselhos de uma mulher idosa que deu uma receita, acompanhada de um benzimento muito simples. Pois, fiquei bom do "mal da terra".

Mais tarde, já trabalhando com meu irmão e camaradas de meu pai, feri-me na canela esquerda, formando-se ali um tumor que, mesmo não tendo arrebentando, causava-me grandes dôres. Mesmo assim eu continuava trabalhando. Mais tarde, quando eu já trabalhava fora de casa de meu pai, um inseto qualquer picou-me justamente sôbre o tumor a que me referi e que se transformou numa chaga medonha. Uma "ferida braba" como se dizia.

Por esse tempo, eu já havia trabalhado de padeiro em Blumenau e tinha ido trabalhar em Itajaí, pensando em tornar-me marinheiro. A minha perna, porém, inflamou de tal jeito que eu tive que voltar para a casa de meu pai. Êste ficou desesperado quando viu o meu estado. Como os remédios caseiros nada tivessem ajudado e a moléstia se agravava, meu pai levou-me até a cidade, a um médico alemão que, pouco antes havia chegado da Alemanha e tinha grande fama de "pau da'água". Meu pai pôs-me num carro-de-mola, puxado por dois cavalos brancos, e levou-me a Blumenau.

Nós morávamos em Itoupava Norte, perto da embocadura do Ribeirão Itoupava no Itajaí Açú. A viagem foi penosa. Antes, minha avó havia cortado a perna da calça, que eu vestia, com uma tesoura, de tal forma a minha perna tinha inchado. Nem sei como contar a dôr que eu sentia.

Chegamos em Blumenau, no Hotel Lange. Ali estavam sentados os doutores Hugo Gensch e José Bonifácio da Cunha tomando cerveja.

Meu pai dirigiu-se ao dr. Gensch. Êste apalpou-me de todo jeito, tomou-me a temperatura e disse a meu pai: "Herr Müller, dem Junge sein Bein muss sofort abgeschnitten werden, sonst stirbt der Junger heute noch" ("Senhor Müller, a perna dêsse rapaz deve ser amputada já, do contrário êle morrerá ainda hoje".)

Meu pai olhou-me com água nos olhos e nada respondeu. Eu disse ao meu pai: "Vamos pra casa; eu quero morrer nos braços da vovó".

O Dr. Gensch tornou a dizer ao meu pai: "Sr. Müller, dou-lhe 45 minutos para resolver. Depois não haverá mais tempo".



Eu insisti com meu pai: "Pai, onde a minha perna fôr, eu irei também". O Dr. Gensch observou ao meu pai: "Quem se deixa governar pelos filhos, não deveria criar família".

O Dr. Bonifácio Cunha, já antes amigo do meu pai, chamou êste de lado e lhe disse: «Sr. Müller, eu lhe aconselho levar o menino para casa. Cortando, ou não cortando a perna, o rapaz não passa das vinte e quatro horas porque a febre que êle tem nem mesmo um cavalo agüenta".

Meu pai seguiu o conselho. Colocou-me no trole e rumou para casa. Que viagem horrível! Mais tarde cheguei a conhecer melhor o Dr. Gensch.

Diziam que êle curava muita gente em Blumenau e eu acredito nisso piamente. Mas também diziam que êle achava a cerveja blumenauense muito traca e, por isso, adicionava a cada corpo uma dose de aguardente, ao mesmo tempo que mastigava pão de trigo que sempre trazia no bolso.

Meu tio, Wilhelm Müller, que foi meu padrinho de batismo, levou-me, então, à casa do sr. Pedro Prim, pai do sr. João Prim, que há poucos anos atrás morreu em Blumenau, na ponta Aguda. O Sr. Pedro Prim curou-me com plantas do mato e com benzimento e, hoje, com 90 anos e 9 meses de idade posso bem recordar-me de tudo.

Depois de curado pela dedicação do Sr. Prim, trabalhei oito anos na Companhia Fluvial Itajaí-Blumenau onde ainda fui declarado marujo militar por decreto do Dr. Campos Salles, naquela ocasião presidente da República.

Casei e fiquei viúvo. E como naquela ocasião o salário de trabalhador em Blumenau era miserável e eu tinha empobrecido com a doença e o falecimento de minha espôsa, pois os médicos e farmacêuticos haviam me deixado em estado de Adão no portão do paraíso, abandonei, a conselho do Pastor, a linda "Blumenau" e peregrinei por São Paulo, com idéias de enriquecer, tornar-me um verdadeiro "tubarão".

Logo, entretanto acudi-me à mente o que a Escritura Sagrada diz: "Vossos caminhos não são os meus caminhos e os meus pensamentos não são os vossos pensamentos" e sujeitei-me a duras privações. Felizmente, eu estava ainda com duas pernas e dois braços e mais cinco sentidos e a fé em Deus.

Empreguei-me numa fazenda. Mas suportei aquela verdadeira escravidão apenas por 15 dias. E agradeço isso a um bom negro que me arranjou uma colocação na Estrada de Ferro Sorocabana em Cotia. (Mais tarde escreverei como ganhei merecimento pela escritura sagrada).

Trabalhei dois anos na conserva e construção da Sorocabana e como me tornasse muito amigo dos engenheiros, caí na asneira de aceitar uma colocação na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Lá entrei, com 32 companheiros, no foco da escravidão. De lá voltei com um único camarada; 31 haviam morrido por falta de fé em Deus. Eu escapei com a minha Bíblia, um companheiro, as duas pernas, os dois braços e a minha Fé.

Em Bauru eu havia assumido o compromisso de ir a São Paulo



engajar operários. Assim, recebi uma passagem para aquela capital. Até hoje, e lá já se passaram 61 anos, ainda não recebi os salários que a Noroeste me deve. Mas isso não me dói. Em São Paulo, cheguei atacado de malária com apenas 400 réis no bolso. E como no hotel não me tivessem dado abrigo, no dia seguinte, que era um domingo ensolarado, meti-me a pedir esmolas. Foi um ofício que estranhei muito. Não sabia como começar e, como era dia de guarda, entrei numa igreja católica. O BOM padre estava dando aula dominical. Mas quando eu ouvi o vigário dizer para as crianças que: "quem de tarde não viesse de vestidos e sapatos brancos e coroa prateada não teria direito de acompanhar a procissão", fiquei meio esquerdo e veio-me á mente a dúvida sôbre se as criancinhas que Cristo havia pôsto sôbre os seus joelhos estavam, ou não, vestidas de branco e com coroa prateada.

As crianças saíram da igreja e eu perdi a coragem de falar com o padre. Êste, entretanto, dirigiu-se a mim gritando: "Sai daqui, vagabundo! aqui não é lugar de malandros".

Eu achei que êle tinha razão, pois eu era mesmo um vagabundo e, além disso, era luterano e errei em invadir uma igreja católica e, assim pensando, lembrei-me da minha querida avó paterna que sempre me dizia: "Bettelbrot ist bitter Not; Diebesbrot bringt Galgentodt; aber Arbeit segnet Gott" ("Pão esmolado é pão amargo; Pão furtado, é pão de enforcado; mas o trabalho é benção de Deus").

Eu Estava doente. Como poderia trabalhar sem antes me restabelecer? Assim, procurei uma igreja luterana que logo encontrei na rua Aurora. Mas, ali também havia muita gente; menos Deus estava lá, pois, assim que entrei com os meus trajes de vagabundo, o bom pastor, muito moço ainda, logo se dirigiu a mim e logo que eu expliquei a razão da minha presença ali êle me perguntou que idade eu tinha. Respondi-lhe que tinha 29 anos e êle, o bom pastor, me disse: "Você não tem vergonha de pedir esmolas?, vá trabalhar!".

Acudiram-me à memória as palavras da Biblia: "Meu pai não habita em casa feita por mão do homem, mas em cada coração que crê!".

Assim, caí em mim e fui procurar corações cristãos e encontrei muitos dêles nas ruas. Logo uma senhora muito bem vestida escutou o meu romance, que lhe contei em plena rua, e convidou-me a entrar na casa dela e me deu um sabarôso almôço e me mandou falar com um certo senhor, que não estava com dinheiro no bolso, mas me deu o seu relógio "Rosskof" e um outro senhor que estava com êle me deu 6 mil réis em dinheiro e me disse que eu fôsse para Piracicaba, pois lá acharia serviço e melhor ordenado, acrescentando que eu não desanimasse porque Deus é grande. Assim, rumei para a frente e às duas da tarde entrei no hotel com bolsos cheios de dinheiro. Jantei bem. No hotel estava hospedado um casal do interior de São Paulo, que já conhecia a tragédia dos operários da Noroeste. O casal me pagou a janta e me aconselhou procurar serviço no interior, mas na lavoura.

No dia seguinte cedo, vendi o relógio que o bom homem tinha me dado e, com o resultado, comprei uma passagem para Piracicaba. Mas, o dia não se mostrava favorável para viagem. Durante esta, tive um acesso



de febre malária e, em Indaiatuba, onde o trem parara para troca de passageiros e carga, eu me pus na plataforma do vagão em que viajava. De repente, o trem dá o arranco de partida e eu caí no talude da estrada e o trem desapareceu na curva, levando a minha mala para Piracicaba. Fiquei recolhido na estação com 2\$000 no bolso e sem forças para andar. Como os funcionários da estação me tivessem colocado no depósito de carga, o chefe pouco depois, me pediu que eu saísse dali. Mas eu não podia me levantar e solicitei ao chefe da estação que chamasse o delegado de polícia, o que êle fêz imediatamente. O delegado veio pouco depois acompanhado de dois soldados, armados de revólver. Mas o delegado ficou desapontado comigo, pois eu tinha bons documentos no meu bolso. O delegado perguntou-me porque não ia para uma pensão. Eu respondi que não tinha dinheiro, contando-lhe porque não o tinha e pedi que me levassem para a prisão, para descansar porque assim a febre talvez passasse e eu continuaria a minha viagem para Piracicaba. Êle entregou-me aos policiais, recomendando-lhes que me dessem comida e pouso. Os soldados me levaram pelos braços até a cadeia. Eram um prêto e um branco. Assim escoltado, cheguei a um edifício que era um pequeno sobrado que tinha quatro apartamentos. Embaixo havia um cômodo que servia de cadeia, mas estava vazia. Ao lado da prisão tinha um cômodo para os policiais. Entre os dois cômodos, havia um corredor largo com uma escada que dava para o primeiro andar onde estava instalada a Câmara Municipal e o escritório do delegado. Embaixo da escada os soldados me colocaram uma tarimba de molas e um com colchão bom travesseiro e coberta. O meu acesso de febre já havia abrandado um pouco. O soldado branco nem se incomodou comigo, mas o prêto mandou chamar a filha, uma menina de talvez doze anos, que foi buscar um almôço para mim na casa dela. A menina trouxe logo uma boa sopa de galinha, engrossada com arroz, carne e pão e uma salada de tomates, juntamente com um bule de café que ali ficava permanentemente.

Que almôço saboroso, depois de passar tantos meses a comer feijão sem sal, toucinho semipodre, às vêzes, e açúcar mascavo em mau estado! Um dia hei de escrever ainda a minha vida no "canal do inferno".

O soldado de Indaiatuba tinha me dito que eu não fôsse para Piracicaba e, sim, me dirigisse a Campinas, e perto desta chegaria numa colônia de alemães, onde os proprietários eram todos ricos e bondosos para com os trabalhadores e um dêles era o presidente da Câmara Municipal. Dessa forma rumei para a colônia Helvécia, perto de Itaici. Ali cheguei às duas horas da tarde. Pedi água, pois o sol era ardente; mas na casa em que bati só havia uma senhora com uma turma de filhas. Deram-me água e, percebendo que elas me extranhavam, toquei para frente. Passei por diversas casas muito bonitas, parecendo-me que estava passando por uma das ruas de Blumenau. Tôdas as casas tinham jardins floridos à frente. Havia uma pequena igreja católica. Ao lado da igreja, uma escola, onde moravam três freiras. Um pouco mais adiante havia um estande de tiro. Vi logo que aí havia civilização suíça

Perguntei a um menino se não havia por ali uma venda; eu ainda tinha 2\$000 no bolso, estava com fome e tinha vergonha de pedir esmola numa povoação tão bem organizada, sendo eu um filho de Blumenau. Notei que, justamente quando eu passava em frente à igreja, tocou o sino. Mais tarde fiquei sabendo que as horas de entrada e saída dos empregados no serviço eram reguladas pelo padre e aquela era justamente a hora



da merenda, 2 da tarde.

Fiquei nesta Colônia por mais de dois anos, onde fui desprezado por um médico e curado por um padre. Vou contar como a coisa se passou.

Eu havia atravessado tôda a Colônia sem comer nada, pois, como disse, envergonhava-me de pedir esmolas, mas às quatro da tarde entrei na venda do sr. Joseph Vonah, a única no lugar. Ali estavam dois tropeiros comendo pão com sardinhas e bebendo vinho e fizeram o que todo tropeiro usa fazer: convidaram-me a participar do lanche. Eu, entretanto, recusei, alegando que apesar de achar-me com fome eu estava doente e não podia aproveitar-me de comida tão forte; agradei aos homens a gentileza. O sr. Vonah interessou-se por mim e perguntou-me o que eu vinha fazer na Colônia. Contei-lhe que procurava trabalho, mesmo em troca de comida, até me fortalecer, pois estava com malária e não podia trabalhar em serviços pesados. O sr. Vonah alegrou-se e me disse: "O senhor vai jantar comigo e depois voltará à casa do sr. Anton Ambiel, porque êste me encarregou de arranjar-lhe um homem que pudesse tratar para êle um touro de raça, na cocheira". Fiquei satisfeito. Naquela hora o sino da igreja tocou novamente e a Frau Vonah veio atender ao balcão e mandou o marido ir jantar. Jantei bem e como sobremesa o sr. Vonah deu vinho a todos, pois também havia vários camaradas na mesa. Vonah também cuidava de lavoura. Eu quiz recusar o vinho, mas o sr. Vonah me disse que eu poderia bebê-lo sem susto, que o vinho não tinha álcool e que fôra fabricado na adega dêle mesmo. A sua maior lavoura era de uvas.

Depois de jantar, segui para casa do sr. Ambiel, onde cheguei ao escurecer. O sr. Ambiel era justamente o homem que o soldado de Indaiatuba me havia recomendado, e que era o presidente da Câmara dêsse município. Naquele dia, porém êle estava viajando. Fôra exatamente na casa dêle que eu pedira água à dona que tinha nove filhas. Dona Tereza, assim se chamava a senhora, disse-me que o marido estava viajando e ela não poderia me dar o emprêgo, mas, desde que estava anoitecendo, eu ficasse até o dia seguinte, quando o marido era esperado e aí eu poderia conversar com êle mesmo sôbre o meu problema.

Senti-me bem. E como Dona Tereza e as filhas estivessem dispostas a escutar os pormenores da minha tragédia, entretive-as conversando até as onze da noite. Frau Ambiel me arrumou um quarto e cama na casa dos camaradas da fazenda e, assim dormi como um bemaventurado.

No dia seguinte, porém, levantei-me às sete horas e ao sair do quarto e descer as escadas, caí no terreiro tremendo b̃rbaramente. Aquela hora o sr. Ambiel já tinha chegado e as filhas já o tinham feito ciente da minha presença e que viera recomendado pelo sr. Vonah. A febre sacudiu-me de tal maneira que não pude levantar-me por mim mesmo e Dona Tereza chamou dois camaradas que me carregaram novamente para o aposento, colocando-me na cama. Fiquei, entretanto, tão mal que Dona Teresa mandou chamar a Dona Leocádia, uma das freiras que moravam na escola, para que cuidasse de mim. Como, entretanto, eu não melhorasse, o sr. Antônio Ambiel resolveu ir buscar o Dr. Bollinger, um afamado médico de Campinas. Alta noite o sr. Ambiel voltou com o médico e êste indagou quem eu era e como Dona Teresa lhe contasse a odisséia que eu narrara na noite anterior e que era um flagelado da construção da Estrada do Ferro Noroeste do Brasil, o médico observou: "O verdadeiro remédio para êsse sujeito é o ôlho do macha-



do na cabeça". Ele percebeu que eu não tinha meios de pagá-lo. O pronunciamento dêsse médico pareceu-me mais rude que a sentença do Dr. Gensch, em Blumenau, que queria me amputar a perna, quando eu tinha 16 anos.

Não chorei de ódio pela crueldade do dr. Bollinger e não chorei por saber que não havia remédio para mim, mas chorei por não poder morrer em Blumenau, no meio da minha família da qual tantas saudades eu sentia e abandonara pelo conselho do meu pastor.

O sr. Ambiel acompanhou o dr. Bollinger de volta a Campinas e regressou cedo, no dia seguinte, trazendo um remédio que o médico havia receitado. Dona Teresa, mais tarde, mostrou-me o lugar em que enterrara o remédio. Ela tôra enfermeira na Suíça e conhecia certos remédios pelo olfato. Depois ela me contou, em tom de brincadeira, que, na Suíça, chamavam àquele remédio de "Mittelnachtsthee". Só então vi em que panos o médico queria me embrulhar.

Recaí num triste estado, mais calcado pela notícia que eu recebera de Blumenau, de que meu pai havia falecido e havia, na hora da morte falado, com saudades, de mim. Fiquei num estado lamentável, sem dinheiro, sem parentes, sem amigos, mas não ao léu.

Mais tarde, quando já casado novamente e freqüentando as igrejas de diversas seitas evangélicas e ouvia os crentes cantarem o belo hino "Verdadeiro amigo é Cristo" eu me recordava da miséria a que eu sobrevivera e também do conselho de minha avó que sempre me dizia: "Quanto maior fôr o perigo, Deus está mais perto".

No auge da desgraça que me feria, Frau Ambiel chamou novamente Dona Leocádia para cuidar de mim. Ah, Santa Leocádia! quanto devo ao seu sacrifício e quanta gratidão à generosidade da família Ambiel!

Desde aquêlo tempo, cumprimento a tôdas as freiras que por acaso me dêem a mão, com o nome de "Dona Leocádia". Assim como há religiosos que são tão rudes como o Dr. Bollinger, há outros que usam a verdadeira caridade. Pela experiência que tenho da vida, dou razão ao ditado que diz: "assim como há pombas prêtas, também há urubus brancos".

Restabeleci-me, mas fiquei muito anêmico. Todos os dias, às sete da manhã, sotria uma tremedeira e tinha que me sentar, onde quer que estivesse. Certo dia eu amanheci tão combalido que Dona Teresa me aconselhou que ficasse no leito. Assim o fiz e como não tinha outra coisa que ler senão a minha Bíblia Luterana, que me acompanhou em tôdas as peripetias que fiz, seguindo o conselho de minha avó, comecei a lê-la para passar o tempo. De repente, alguém que estava atrás de mim a me observar espirrou. Era o Padre velho, o bom Padre Bernardo, homem de 90 anos, são e forte. Eu quiz esconder a Bíblia porque era protestante, mas não tive tempo. O bom sacerdote tomou-me da mão e me disse: "Não esconde êste livro por minha causa. Assim como eu estava te observando há uma boa meia hora. Deus está te observando dia e noite Vou te mostrar onde deves ler hoje". E assinalou o salmo 90 que eu leio e releio até os dias de hoje. O bom padre era curandeiro e curou-me com banhos frios e frutas de caraguatá. Sarei da malária até hoje. O bom Deus lhe pague, Padre Bernardo.

Trabalhei dois anos e três meses naquela Colônia, sempre com o anseio de ficar rico e voltar para minha terra natal, a linda Blumenau. Os fados, porém, levaram-me para o sul de São Paulo. O nosso destino é governado por fôrças ocultas. Mais tarde escreverei sôbre isso



# RECORDAR É VIVER

Gustavo KONDER

No mês de novembro do ano de 1944, o meu saudoso pai elaborou uma conferência, talvez a melhor de todas, sobre a história das nossas bandeiras, para ser pronunciada em sessão ordinária do Rotary Clube de Itajaí, no dia 15 de novembro – data magna da República. Não estando plenamente satisfeito, pois desejava torná-la mais elucidativa resolveu exibir um painel demonstrativo com bandeiras ampliadas e coloridas, além de explaná-la melhor aos seus ouvintes. E, por esta razão teve a idéia de chamar-me, para incumbir-me desta tarefa. Naturalmente esquivei-me, alegando a minha ignorância sobre o referido assunto e também por causa do meu defeito auditivo, pois sou marcado pela vontade de Deus, e nunca freqüentei qualquer escola. Sugerí-lhe incumbir um dos eruditos professores do ginásio, existente em Itajaí, para executar o trabalho desejado. Porém o meu pai, contrariado, não quis saber da minha sugestão e entregando-me um exemplar do ilustre escritor paulistano Eduardo Prado, intitulado “A Bandeira Nacional” e encorajando-me, retrucou: – “Veja meu filho, com este livro você poderá estudar e depois desenhar as bandeiras, de acordo com as descrições da minha conferência.”

Resignado aceitei a incumbência e fui para casa, embora com pouco ânimo. Passei três dias estudando e ao mesmo tempo rabiscando, a título de experiência, as flâmulas necessárias. Nos dias 13/14 (último prazo exigido pelo meu pai), comecei, numa grande folha de cartolina tamanho 55 por 65 centímetros, a delinear em cor verde claro, os belos contornos da efígie do Brasil. Pronto este contorno, desenhei em cima da fabulosa amazônia, a bandeira dos descobridores com a cruz vermelha de Cristo num campo branco – desde 1500 até 1649. No centro, em linha horizontal, da fronteira dos países andinos até ao imenso Atlântico, pintei quatro bandeiras iguais.

A primeira representava a flâmula particular, de cor branca com uma esfera armilar dourada no meio, encimada pela pequena cruz dos descobridores – de 1649 à 1808. A segunda ainda branca, com o escudo das três quinas, no centro as armas de Portugal e Algarves, encimado por uma corôa de ouro, cravejada de pedrarias – de 1808 à 1816. A terceira, de fundo também branco, simbolizado pela esfera armilar manuelina, tendo no meio o escudo das armas de Portugal e Algarves sobreposto às armas do Reino do Brasil e, por timbre, a corôa real – desde 1816 até 1822. Passando à quarta: – um escudo de armas assim composto – em campo verde, uma esfera armilar dourada, dividida em quatro partes por uma pequena cruz de prata, da Ordem de Cristo, circulada a mesma esfera por orla com 19 estrelas prateadas, como emblema das 19 províncias de então e, firmada a corôa real diamantina sobre o escudo, cujos lados estão enlaçados por dois ramos de plantas de café e tabaco, como símbolos de sua riqueza comercial. A bandeira é verde vivo com um quadrilátero cor de ouro e traz no centro o escudo das armas, acima descritos de 1822 à 1889. Terminando o enfeite horizontal das quatro bandeiras, desenhei em baixo, sobre os progressistas estados sulinos, o último e atual pendão verde amarelo, tendo ao meio um bonito círculo



azulado, salpicado de 21 estrêlas brancas e uma faixa também branca com o lema "Ordem e Progresso" desde 1889 até aos nossos dias.

Enfim, acabada a pintura das seis bandeiras, escrevi no alto do painel, em gordas letras góticas: - "A Bandeira Nacional, desde a data do descobrimento até aos nossos dias". E ao lado direito, em cima do vasto Atlântico, também em letras góticas, porém menores: - "Organizado de acôrdo com a -Bandeira Nacional- de Eduardo Prado (edição de 1903). E em baixo, canto direito, a minha minuscula e obscura assinatura.

Me dei por satisfeito ao concluir êste trabalho, um tanto estafante. Assustei-me ao verificar o adiantado da hora, pois às 16 horas o meu pai costumava voltar ao Hotel Cabeçadas - sua última residência. Felizmente ainda encontrei-o sentado diante de sua escrivaninha á minha espera e vendo-me logo perguntou: - "Então conseguiu fazer as bandeiras?". E em resposta, desenrolei o painel, erguendo-o sustentado por minhas mãos. Ao examiná-lo o meu pai exclamou prazenteiro: - "Ótimo! Isto eu queria! Eu sabia que você seria capaz de fazer êste trabalho! Muito bem, meu filho". Em seguida convidou-me para comparecer à referida reunião rotariana, no dia seguinte. Mas, eu não fui porque não sou muito afeito a elogios e as conferências e palestras me entediam por não poder ouvi-las.

Soube, mais tarde, que a palestra do meu pai foi muito aplaudida e o meu famoso painel devidamente apreciado por todos os rotarianos, (a maior parte meus companheiros de infância e de mocidade).

Tanto que, por proposta e às expensas dos rotarianos, a conferência foi impressa em folhetos, para distribuição gratuita aos colégios e a todos que se interessassem por coisas da nossa terra. No seu pórtico um rotariano teceu grandes elogios ao trabalho intelectual do meu saudoso pai. Sôbre o meu elogiado trabalho nem uma palavra...

Amigos: ... Quantos, ... quantos tive  
Nos belos tempos! Mas, depois,  
Foi começar fatal declive,  
Permaneceram três, ou dois.

Não me lastimo. Na amizade,  
Como no amor, o coração  
Reduz a um ponto a imensidade,  
N'um ser confina a multidão.

O sentimento, si é completo,  
Concentra e apura o seu calor:  
- Quem dividiu em roda o afeto,  
Só fôlhas deu, não deu a flôr.

Em cada braço um companheiro...  
Para que mais?! Nem há lugar...  
- Basta, no transe derradeiro,  
Ter duas mãos para apertar.

(Conde de Affonso Celso).



# A Namorada Selvagem

Alfredo E. Cardoso

O trabalho abaixo baseia-se sobre palestras havidas entre o bugreiro Martins e o pioneiro Guilherme Witt, de Rio do Sul.

Sendo que os nomes dos dois personagens, além do de Martins, são desconhecidos, denominamo-os, para facilitar a história, de Chico e Jaci.

Antes da instalação do Posto Indígena "Duque de Caxias" no Vale do Itajaí, a defesa contra os ataques dos aborígenes aos colonos pioneiros era primitiva; resumia-se na defesa armada no momento do assalto ou nos ataques aos acampamentos dos selvagens. O êxito da vitória dependia do número dos atacantes, o completo conhecimento dos costumes do inimigo, da coragem, da astúcia, das armas e da obediência ao chefe.

Num destes combates, realizado pelo bugreiro Martins e seus ajudantes num afluente do Rio Itajaí do Sul, no que tudo indicava, o "trabalho" dos caçadores foi completo. Escapou a Jaci, a favor da qual o ajudante Chico fez petição a Martins, no sentido de deixá-la com vida. O suplicante, encantado com a formosura de Jaci, desejava civilizá-la e torná-la sua esposa.

Apesar de advertido pelos companheiros, e lembrado com que obstáculos deveria contar nessa perigosa missão, êle demonstrava bastante otimismo, pois contava com os sentimentos de gratidão de Jaci, cuja vida salvara.

De mãos amarradas, Jaci foi levada de reboque por Chico, de acordo com as ordens de Martins. Durante a longa caminhada para fora da mata, aparentemente tudo ia bem, e Chico, que já fazia planos, tratava com visível benevolência sua futura companheira de vida.

Quando, no entanto, o grupo ia abandonando a mata, Jaci tornou-se recalcitrante e a perspectiva se transformou em apreensão. Além de prantejar a morte dos seus, Jaci deu a entender que a sua vida fora da selva teria o mesmo destino como a do peixe fora da água, e manifestou-se contra o abandono de seu habitat.

Sendo que todos os meios persuasórios, aplicados por Chico e Martins, foram infrutíferos, resolveram aplicar meios enérgicos, sem de leve pressentirem as consequências. Jaci assumiu a sua defesa e atônitos assistiram os caçadores à luta que se desencadeou entre Jaci e Chico. Ágil e rápida aquela, mesmo com as mãos amarradas, golpeou, arranhou e mordeu o seu admirador, assim que dentro de pouco tempo êste necessitava de socorro. Mesmo neste estado, digno de compaixão, Chico não se podia decidir para que Jaci fôsse sacrificada.

Como bugreiro experimentado, Martins julgava-se capaz, seguro e obrigado a contrariar o Chico, ordenando o seguinte: "Se soltares a Jaci, tu é que receberás a bala". E, sem grandes discursos e debates para chegar a um denominador comum, Chico pôde, ainda no mesmo dia, junto a um montículo de terra solta que denunciava o jazigo de Jaci, fazer uma prece pela namorada que sonhou.



# REMINISCÊNCIAS

*H. P. Zimmermann.*

Em vários artigos anteriores referi-me à economia rural de meu pequeno município natal, Gaspar. Escrevi de como teve ali início a cultura do arroz, conseqüência direta da grande catástrofe que assolou minha terra em 1911, com a enchente do rio Itajaí e a inundação de grande parte das terras do vale. Na época, a grande enchente destruiu a quase totalidade das plantações de cana de açúcar, de milho e de mandioca e os lavradores tiveram de dar início a uma nova cultura rendosa, cujo produto lhes proporcionasse meios suficientes para viver, até que os canaviais, que eram a sua principal fonte de renda, fôsem restabelecidos.

Também referi-me aos numerosos engenhos de açúcar e aos alambiques de aguardente a êles ligados, que industrializavam a cana de açúcar. Falei, também, dos engenhos para fabricação de farinha de mandioca, que produzi- am grande quantidade dêste produto. Com isto quiz expressar, que no tempos de minha infância em Gaspar, a lavoura e a industrialização rústica de seus produtos, constituíam a base econômica de Gaspar. Destas atividades vivia a maioria da população local delas derivavam o bem estar e a formação de pequenos pecúlios, ou mesmo pequenas fortunas, as moradias bem instaladas e as boas instalações das propriedades rurais.

Se assim foi, no tempo de minha infância, seria natural que hoje ainda fôsse a lavoura a base principal para o desenvolvimento da economia do município. De certa forma, ainda hoje existem lá muitas propriedades rurais em

ação, Mas, no que diz respeito ao progresso, no setor da lavoura, êle antes diminuiu em comparação do que eu conheci quando jovem. Nenhum progresso acentuado constata-se no setor da lavoura, que Cícero qualificou como sendo a mais nobre, a mais sadia, a mais livre das atividades humanas.

A lavoura em Gaspar, no meu tempo de jovem, era praticada manualmente. Roçava-se a terra com a foice, queimava-se a capoeira cortada, plantava-se a cana, o milho e a mandioca com a enxada e as plantações eram também mantidas limpas à enxada. Tudo, portanto, feito manualmente, no inverno e no verão, num trabalho estafante que não conhecia horas de serviço diário, mas que durava desde o romper do dia até o comêço da noite. Hoje, depois de decorridos tantos anos, os poucos abnegados que ainda teimam em cultivar suas terras, trabalham quase que na sua totalidade, da mesma maneira como o faziam naqueles tempos. É verdade, que já lá existem alguns tratores para lavrar a terra, ou minitratores para limpar as plantações, mas são em número tão insignificante, pois a maioria dos lavradores não consegue juntar o dinheiro necessário para a aquisição dêstes aparelhos mecânicos. Poderiam adquiri-los com financiamento de um banco, mas o custo do maquinário adquirido com financiamento é tão elevado, que a maioria dos lavradores teme contrair tais compromissos, com a provável vinculação de suas propriedades, para garantia da dívida contraída. A lavoura, se é no conceito emitido por Cícero, uma



atividade nobre, sadia e livre, é também uma atividade com resultados muito duvidosos, porque ela depende muito das boas graças do tempo, pois, tanto a ausência como a chuva em demasia podem frustrar tôdas as esperanças do lavrador, de colher o que plantou. Além das intempéries, pragas várias à ameaçam constantemente, de sorte que o lavrador que a ela se dedica, nunca pode prever uma colheita mais ou menos boa. Contudo, estas circunstâncias não desanimam os lavradores e êles continuam cultivando as suas terras, sempre na esperança de obter um bom rendimento. Acontece, porém, que na maioria das vêzes, o resultado quantitativo elevado, rende pouco, porque ocorre quase que regularmente, que na época das colheitas os preços dos produtos são tão baixos, que acabam por desanimar o lavrador a continuar a trabalhar a sua terra. Os produtos da lavoura têm época certa para serem colhidos, por isto o lavrador não pode esperar até que os preços melhorem. Com o arroz ainda acontece, que êle não pode ser guardado em casca por muito tempo, pois os lavradores, na maioria, não dispõem de depósitos ou silos adequados para guardá-lo e quando o fazem, são obrigados a movimentar o arroz em casca diàriamente, pois o teor de humidade atmosférica no litoral é tão elevado, que o arroz amontoado e não mexido diàriamente, fermentaria, ficaria completamente mofado e por fim deteriorado em curto espaço de tempo. Por isto, os lavradores o colhem e o levam imediatamente aos engenhos de beneficiar o produto, que dispõe de secadores próprios para secagem do produto. Também não podem comprar um se-

cador mecânico, que custa uma pequena fortuna, um preço acima do alcance do simples lavrador.

Pelo expôsto, conclue-se que o fruto e o lucro do trabalho do lavrador, ou são devorados pelas intempéries, ou então pelo baixo preço que seus produtos alcançam. Não é pois de espantar, quando se nota pouco desenvolvimento nas lavouras na regiã de Gaspar Faltam ao lavrador, em primeiro lugar, uma orientação segura e eficiente, para melhorar os seus métodos de trabalho, para modernizar as suas atividades e para, assim, poder contar com rendimentos melhores. Precisa êle também, de um crédito barato, que lhe possibilite a aquisição de maquinário e implementos agrícolas a preços razoáveis.

Está, porém, nas mãos dos próprios lavradores, a possibilidade de transformarem esta situação sombria, num quadro de côres mais risonhas, se tiverem a necessária determinação de fazê-lo. Se o lavrador isolado não tem capacidade para mecanizar a sua lavoura, poderá fazê-lo num esforço comum, isto é agrupando-se em grupos de interêsse ou fundando uma cooperativa de produção e venda. Esta seria a organização ideal, mas exige de todos a abolição do individualismo e o interêsse decidido pela causa comum. Os lavradores organizados em cooperativa, tem a possibilidade de adquirir todo maquinismo necessário para a mecanização e a intensificação de suas lavouras, poderiam armazenar os seus produtos em silos ou em depósitos adequados, depois de bem tratados de acôrdo com a técnica e poderiam vendê-los mais tarde, quando os preços forem melhores. As grandes cooperativas de pro-



dução de venda em comum, muitas com departamentos de compras e de orientação técnica dos trabalhos da lavoura, que existem no Paraná, em São Paulo e em outros pontos do país, são a prova convincente de que este sistema de trabalho produz os melhores resultados para o lavrador que a elas está filiado.

Meditem os lavradores de minha terra, nesta possibilidade de reavivar e de tornar mais rendosa a sua atividade rural, através do sistema cooperativo. Verão que, bem dirigidas as cooperativas, êles poderão alcançar lucros com os quais hoje nem sequer sonham. Verão também, que sempre ainda é melhor dedicar-se à lavoura, o trabalho mais nobre, mais

sadio e mais livre no dizer de Cícero, do que ser operário de indústria ou empregado em qualquer organização comercial. O homem moderno quer ser livre, mas freqüentemente êle despreza os meios que o tornam livre e procura a liberdade onde ela não existe. Ninguém pode gozar de maior liberdade do que o lavrador e, além disto, êle é o esteio de tôda a economia nacional, porque onde não se produz para a alimentação das massas, nenhuma outra atividade econômica produz resultados compensadores. Permitam-me os meus conterrâneos dizer-lhes: o estôrço comum produz a liberdade individual e a liberdade econômica, compensadora de todos os esforços de seu árduo trabalho.

### Do "Novidades", de 21 de Julho de 1907:

" Pelo dr. Miguel Calmon, ministro da Viação, foi aprovada a proposta apresentada pelo Sr. José Bernardino da Silveira, inspetor de 3<sup>a</sup>. classe em comissão, e transmitida pelo chefe do distrito telegráfico de Santa Catarina ao dr. Cesar de Campos, para que, por intermédio do mesmo ministério, sejam requisitados do Diretor da Colônia dos Índios de Boa Vista, no estado do Paraná, algumas famílias de *coroados* mansos, domiciliados nessa localidade, a fim de auxiliarem a missão confiada ao mesmo inspetor de civilizar aos índios. Motivou essa resolução o fato de, na zona entre Blumenau e Lajes, ser a linha telegráfica federal freqüentemente danificada pelos índios, os quais, além da depredações que praticam, assassinam empregados da Repartição dos Telégrafos".

## — BLUMENAU EM CADERNOS —

*Fundação e direção J. Ferreira da Silva*

Órgão destinado ao Estudo e Divulgação da História de Santa Catarina

— Assinaturas: por Tomo (12 números) Cr\$ 6,00 —

Redação e Administração: Alamêda Duque de Caxias, 64

**Caixa Postal, 425 — Blumenau — Santa Catarina - Brasil**



Fábrica de Artefatos Têxteis

# ARTEX S.A.

**Fiação e Tecelagem**

Rua Progresso, 150 — Fone 22-1033

Caixa Postal, 10

**Fábrica especializada em:**

- ★ TECIDOS FELPUDOS
- ★ TOALHAS DE ROSTO
- ★ PISOS PARA BANHEIROS
- ★ TOALHAS DE BANHO
- ★ ROUPÕES DE BANHO, etc.

B L U M E N A U

S a n t a C a t a r i n a



# **COMPANHIA COMERCIAL SCHRADER**

---

BLUMENAU — Santa Catarina  
Caixa Postal, 4 — Telegramas: "CIASCHRADER"

110 anos de tradição no comércio do  
Vale do Itajaí

Sede, Administração, Escritório e Lojas  
Rua 15 de novembro n°. 117

Depósitos: Rua Itajaí, 260

**Oficina mecânica especializada "MERCEDES-BENZ"**

Rua Itajaí, 625

Revendedores de Chassis e Peças "MERCEDES-BENZ";

Lubrificantes "MOBILOIL"; pneus e câmaras de ar

"DUNLOP" e "PIRELI".

**Agentes Gerais da "CIA. BOAVISTA DE SEGUROS" e  
SANTA CRUZ - Cia. de Seguros Gerais.**